


# EQUIDADE DE GÊNERO: (RE) PENSANDO OS LUGARES E "NÃO LUGARES" DAS MULHERES NO JORNALISMO EM MOÇAMBIQUE

**António Damião**[1]
**Cintia Xavier**[2]
**Hendryo André**[3]
**Inacio Jaquete**[4]

**RESUMO**
Este trabalho busca analisar a igualdade de gênero no campo jornalístico em Moçambique. O objetivo é mapear a participação efetiva das mulheres jornalistas e problematizar a expressiva disparidade numérica dos profissionais desta área, e assim perceber os lugares e não lugar das profissionais femininas naquele país do sul africano. A materialização desta tessitura foi assegurada metodologicamente pela pesquisa exploratória, tendo concentrado o foco na discussão teórica que perpassa pela reflexão de gênero e a prevalência de paradigmas coloniais, cujo enfoque é a denúncia de práticas e ações hétero e patriarcais, que historicamente vêm colocando as mulheres em espaços subalternos e de subordinação. O estudo revelou que a prevalência da expressiva desigualdade de gênero no jornalismo moçambicano resulta de um longo processo histórico atrelado principalmente ao sistema colonial que criou o mito de "não lugar das mulheres", sujeitando-as a subalternização.

**PALAVRAS-CHAVES**: Equidade, Gênero, Mulher, Jornalismo; Moçambique.

A abordagem deste artigo emerge na intensificação de debates que têm sido feitos, nas últimas décadas, em relação a presença feminina no campo jornalístico. Por séculos, a mulher vem sendo estigmatizada e subalternizada por meio de práticas e ações seculares machistas e racistas. No entanto, nas últimas décadas se registra uma crescente onda de organizações feministas que reivindicam direitos e se dedicam a romper preconceitos. Essas iniciativas almejam incutir a necessidade de construção de uma sociedade menos desigual e mais justa, além de pretenderem colocar homens e mulheres lado a lado e de forma igualitária. Estes debates e embates atravessam o tecido social de Moçambique, um país localizado ao sul do continente africano com uma população de 32 milhões de habitantes.

Este estudo tem caráter exploratório (Minayo, 2004). Nele, busca-se realizar uma contextualização sobre o papel da mulher em Moçambique destacando os três distintos momentos que marcam a história contemporânea do país: período da dominação

[1] Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Jornalismo pela UEPG. Email: antoniodamiao03@gmail.com.
[2] Doutora em Comunicação pela Unisinos. Email: cintia_xavierpg@yahoo.com.br.
[3] Doutor em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: hendryoandre@gmail.com.
[4] Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: inaciojaquete@gmail.com

colonial portuguesa; período pós-independência, atravessado por uma guerra civil que durou exatos 16 anos; e, por fim, período democrático, resultado das negociações entre o governo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Igualmente foi aplicada a observação, para colher as impressões sobre a representação feminina nos programas da Televisão de Moçambique e Soico TV (STV). O objetivo deste estudo é mensurar as representações da mulher nos veículos de comunicação em Moçambique, com um foco especial na Televisão de Moçambique (TVM) e STV. Estes dois órgãos pertencem a setores distintos: a TVM é uma televisão de natureza pública, enquanto a STV possui um caráter privado. O levantamento abordará especificamente a perspectiva da mulher enquanto praticante da atividade jornalística.

O primeiro marco sobre a mulher em Moçambique foi durante o período colonial no importante jornal da época *O Brado Africano*[5], editado por João e José Albasini no início do século XX. Da época até as primeiras insurgências contra o colonialismo português a mulher era considerada “cuidadora de casa” e trabalhadora nas regiões de cultivo de algodão e tabaco (Joanguete, 2016). Até os dias de hoje, a mulher ainda é subalternizada principalmente em sector de mídia no país, é por isso, toda necessidade de uma maior atenção e reconhecimento sobre questões de gênero na sociedade e na imprensa moçambicana.

A partir dos anos 1960, influenciadas pelo feminismo global e pelos movimentos de libertação, as mulheres em Moçambique começaram a ganhar maior destaque na sociedade, ainda que em pequena proporção. Sua situação se divide em três fases: colonial, partido-estado e democrática (Intanquê, 2018).

De acordo com Zamparoni (1998), durante a época colonial, a administração portuguesa introduziu a prática do trabalho assalariado obrigatório, conhecido nas colônias portuguesas africanas como chibalo. O autor diz ainda que, legalmente, o trabalho assalariado deveria ser uma responsabilidade masculina, o que levou muitos homens a se ausentarem por longos períodos de suas famílias. Um exemplo notável é o caso daqueles que partiram para trabalhar nas minas da África do Sul. Santana (2009) afirma que por conta da ausência dos homens para cumprir o trabalho assalariado obrigatório, e pela migração acoplada pelo tráfico dos escravizados, as mulheres passaram a assumir a responsabilidade pela produção para o agregado familiar, tornando-se, muitas vezes, as chefes de suas famílias.

[5] Um dos principais veiculos de comunicação em Moçambique no período colonial.

Zamparoni (1998) aponta que a sociedade colonial portuguesa era patriarcal e hierárquica, relegando às mulheres, inclusive europeias, papéis inferiores. Santana (2009) destaca que elas realizavam trabalhos como abertura de estradas e afazeres domésticos, justificando-se tal imposição pelo pagamento das dívidas de parentes masculinos. Bernardo (2014) menciona a resistência feminina antes de 1964, exemplificada pela greve de Búzi em 1947, quando 7 mil mulheres rejeitaram o cultivo do algodão, queimaram sementes e protestaram, resultando na isenção desse trabalho para grávidas e mães de crianças até quatro anos.

De acordo com Ângela Davis (2016), os movimentos feministas possibilitaram a disseminação de concepções para abolir as desigualdades que as mulheres enfrentavam. Este processo de resistência feminina em Moçambique ganhou seu ápice quando as camponesas começaram a criar propagandas de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do movimento nacionalista da FRELIMO (Bernardo, 2014).

Essa experiência também foi vivenciada por grupos femininos das zonas urbanas, como as estudantes das cidades de Lourenço Marques (atual Maputo) e Xai-Xai, na província de Gaza. Elas participavam do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (Nesam), que incentivava grupos de mulheres a se aliarem à causa da independência (Santana, 2009). O núcleo incentivou mulheres a ingressarem na FRELIMO para treinamento militar contra o domínio colonial, destacando-se Josina Abiatar Muthemba. Em sua homenagem, 7 de abril foi escolhido como o Dia da Mulher Moçambicana.

No campo do jornalismo, entretanto, a participação ativa das mulheres como profissionais da comunicação era limitada. Naquele período, as barreiras sociais e culturais restringiam o acesso feminino a diversas esferas de atuação pública e profissional. Dos registros mapeados para este trabalho, não encontramos nenhuma referência que colocasse a mulher no campo da comunicação. Isso significa que o jornalismo moçambicano que era censurado pelo colonialismo neste período também era uma atividade masculina.

Após a independência em 1975, Moçambique adotou o sistema marxista-leninista por 16 anos, o que gerou insatisfação popular que culminou com a guerra civil entre a FRELIMO e a Renamo. Segundo Zamparoni (1998), a igualdade social das mulheres avançou, mas a guerra interrompeu esse progresso. Durante o conflito, elas reassumiram papéis domésticos, enquanto os homens eram recrutados para lutar. De

acordo com o relatório dos Advogados Sem Fronteira, as mulheres em zonas de conflito sofreram graves violações de direitos humanos, enquanto nas áreas urbanas, mais afastadas da guerra, seguiram carreiras acadêmicas e políticas, levando à criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

A mulher começou a ganhar espaços que antes eram exclusivamente masculinos, como é possível observar no quadro a seguir, que detalha numericamente a presença feminina no governo moçambicano desde as primeiras eleições.

**Quadro 1 -** Representação feminina no estado moçambicano (1994-2019)

| Legislatura | Período | Ministros | | Vice-ministros | | Governadores | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| I | 1994-1999 | 19 | 1 | - | - | 10 | 0 |
| II | 1999-2004 | 21 | 3 | 12 | 3 | 10 | 0 |
| III | 2004-2009 | 19 | 7 | 10 | 3 | 9 | 2 |
| IV | 2009-2014 | 22 | 7 | 20 | 3 | 9 | 3 |
| V | 2014-2019 | 17 | 6 | 17 | 10 | 7 | 4 |
| VI | 2019-2024 | 11 | 10 | 15 | 11 | 7 | 3 |

**Fonte:** CRM (2021)

Em Moçambique os meios de comunicação são de caráter público e privado. Os de caráter público seriam aqueles com financiamento do estado moçambicano como a Televisão de Moçambique (TVM). Já a STV e vários outros veículos emergentes são considerados veículos privados por serem de iniciativas pessoais e com uma programação voltada para o lucro.

O primeiro sinal de televisão em Moçambique foi transmitido pós-independência e durante a guerra civil concretamente em 1979 na Feira Internacional de Maputo (FACIM) na cidade de Maputo. A emissora, conforme descrito por Miguel (2008), inicialmente era conhecida como Televisão Experimental (TVE) até o ano de 1991, quando passou a ser denominado de Televisão de Moçambique (TVM). Posteriormente, em 1994, de acordo com o Decreto-Lei nº19/94, datado de 16 de junho, adotou a denominação de Televisão de Moçambique – Empresa Pública (TVM – EP). Já a Soico Televisão, também conhecida como STV, é uma rede de televisão moçambicana. Fundada em 2002 por Daniel David, a STV tornou-se uma das primeiras redes de televisão privadas de Moçambique e tem sido uma presença proeminente no cenário midiático do país com programas como Fama Show, do mesmo formato que o Fama, exibido pela Globo e gêneros diversificados de noticiários locais e internacionais (Miguel, 2008, p. 129).

Casadei (2011) afirma que por muitos séculos, a atividade jornalística foi exercida de forma exclusiva por homens. O autor destaca que, até meados da década de 1930 no Brasil, a estrutura das empresas jornalísticas era pensada para um ambiente masculino. Por essa razão, muitas dessas empresas não possuíam banheiros femininos e as mulheres não eram permitidas trabalhar após as 4 da tarde. Em Moçambique situação similar aconteceu no jornal Diário de Moçambique, um veículo que emergiu durante a época colonial que ajudou na difusão de ideias nacionalistas e conscientização dos moçambicanos para a luta de libertação contra o jugo colonial português. Essa linha de afrontamento sugeria a ideia de que a atividade jornalística na época era perigosa, implicando que apenas os homens eram corajosos o suficiente para exercer essa profissão (Massingue, 2000).

Na TVM, a estrutura organizacional segue um modelo hierárquico. Nesse modelo, as decisões estratégicas e a direção da emissora são realizadas por uma equipe de gestores. No entanto, essa equipe é composta majoritariamente por homens, com exceção da Mafalda Mussengue, a única mulher ocupando um cargo de decisão. A mesma situação é evidente na estrutura da STV. Depois do diretor-geral, Daniel David, todos os demais membros do corpo diretivo são homens.

A TVM tem uma presença feminina significativa, enquanto a STV carece totalmente de mulheres em suas sucursais, exceto na sede, onde o jornalismo é majoritariamente masculino. Esse padrão se repete em veículos privados. A TVM, com mais financiamento, mantém pelo menos duas repórteres mulheres por província, promovendo maior inclusão de gênero.

Na cobertura esportiva e de ataques terroristas [6]em Moçambique, observa-se uma outra indiferença de gênero. No Moçambola, principal torneio de futebol do país, tanto a TVM quanto a STV transmitem os jogos, mas não possuem mulheres na apresentação de programas esportivos. No máximo, elas apenas leem offs de reportagens feitas por homens. O mesmo ocorre na cobertura de ataques terroristas no norte do país, onde apenas jornalistas homens participam, reforçando a ideia de que mulheres não são aptas para cobrir eventos de risco.

Os telejornais da TVM e STV seguem o modelo europeu, com um único âncora, diferindo do telejornalismo brasileiro, que adota o formato americano de dois apresentadores. O Jornal da Tarde, exibido às 13h, é majoritariamente conduzido por

[6] Desde 2017, a região norte de Moçambique tem sido alvo de ataques terroristas atribuídos ao grupo Isis-K.

mulheres e tem menor destaque que o Jornal da Noite, revisitando conteúdos da edição anterior. Isso sugere uma marginalização desse espaço, especialmente feminino. Já o Jornal da Noite é o principal telejornal, com alternância de gênero entre os âncoras, sendo a presença feminina mais expressiva na STV do que na TVM.

O relatório da H2N (2022) expôs a disparidade de gênero no jornalismo moçambicano. Em 60 veículos analisados, dos 1.144 profissionais, 824 eram homens e 320 mulheres. O estudo revelou que apenas uma em cada dez jornalistas é mulher, concentradas sobretudo em ouros papeis na redação.

Os casos analisados ilustram a persistente desigualdade de gênero no jornalismo moçambicano, onde a representação feminina ainda é limitada e marcada pelo machismo. Nos veículos estudados, as mulheres não ocupam espaços de decisão. Na STV, por exemplo, não há nenhuma mulher na gestão da emissora, embora estejam presentes na apresentação de programas, com participação restrita. Isso levanta questões sobre a subutilização das jornalistas e as razões da disparidade de gênero na profissão.

BERNARDO, Wilma Jessyca de Marcela. **As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo moçambicano**. Universidade de Nova Lisboa, Portugal, 2014. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/14367. Acesso 13 set. 2013.

H2N. **Apenas 28 por cento de mulheres se encontram na mídia em Moçambique.** Maputo, 2022. Disponível em: https://abrir.link/KSZBV. Acesso em 10 jul. 2024.

INTANQUÊ, Sabino; SUBUHANA, Carlos. Educação pós-independência em Moçambique. **Revista África-Africanidades** - Ano XI - N. 26, abr. 2018.

JOANGUETE, Celestino. **Imprensa moçambicana: Do papel ao digital, teoria histórica e digitalização.** Centro de Estudos Interdisciplinares. Maputo, 2016.

MASSINGUE, Maria Cremilda. A imprensa, o Estado e a Democracia. Promedia: Omaia Panachande. Maputo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques 1890-1940.** São Paulo, p. 53-54, 1998.

**RELATÓRIO DOS ADVOGADOS SEM FRONTEIRAS DO CANADÁ**. Abusos sobre mulheres por investigar na guerra civil moçambicana. Disponível em: https://encr.pw/HvvrY. Acesso em: 11 set. 2023.